SONDAGEM DE ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM GUIA INICIAL PARA AS DECISÕES DIDÁTICAS NA SALA DE AULA

FLAVIO PEREIRA FERREIRA

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo discutir a alfabetização como um processo complexo e essencial na formação integral do indivíduo, destacando o papel do currículo, da sondagem e das hipóteses de escrita no planejamento de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. A alfabetização não se limita ao domínio mecânico da leitura e da escrita, mas envolve a apropriação de práticas culturais e sociais da linguagem. Para que esse processo seja significativo, é necessário considerar o contexto em que o aluno está inserido, valorizando suas experiências e respeitando suas fases de desenvolvimento. Compreender a alfabetização como um processo dinâmico, inserido em um contexto curricular e social amplo, é fundamental para garantir o direito à aprendizagem de todos. A articulação entre currículo, formação docente e ferramentas como a sondagem permite construir práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e eficazes, promovendo o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita e contribuindo para a formação de sujeitos ativos e conscientes em uma sociedade em constante transformação.

PALAVRA-CHAVE: Alfabetização, currículo, práticas pedagógicas, sondagem, formação.

ABSTRACT
This article aims to discuss literacy as a complex and essential process in the integral formation of the individual, highlighting the role of the curriculum, surveys and writing hypotheses in planning more effective and inclusive pedagogical practices. Literacy is not limited to the mechanical mastery of reading and writing, but involves the appropriation of cultural and social practices of language. For this process to be meaningful, it is necessary to consider the context in which the student is inserted, valuing their experiences and respecting their stages of development. Understanding literacy as a dynamic process, inserted in a broad curricular and social context, is fundamental to guarantee the right to learning for all. The articulation between curriculum, teacher training and tools such as surveys allows for the construction of more inclusive, critical and effective pedagogical practices, promoting the full development of reading and writing skills and contributing to the formation of active and conscious subjects in a society in constant transformation.

KEYWORDS: Literacy, curriculum, pedagogical practices, survey, training.

INTRODUÇÃO

A alfabetização representa um dos pilares fundamentais na formação do indivíduo, sendo crucial para o seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a compreensão do processo de alfabetização vai além da simples aquisição de habilidades mecânicas de leitura e escrita; trata-se de uma construção complexa, que envolve a interação entre o sujeito e o ambiente, bem como a apropriação de práticas culturais relacionadas à linguagem. Nesse sentido, a escola desempenha um papel central ao oferecer práticas pedagógicas que respeitem as fases de desenvolvimento do aluno e que estejam alinhadas a concepções sólidas de aprendizagem. Assim, a formação de professores e a elaboração de currículos que integrem princípios inclusivos e contextualizados tornam-se essenciais para garantir uma alfabetização efetiva, capaz de promover a participação ativa do estudante em diferentes âmbitos sociais.

A partir dessas premissas, é fundamental compreender que a alfabetização não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um contexto mais amplo de planejamento curricular e de ações didáticas. O conceito de currículo na cidade, por exemplo, traz à tona a necessidade de considerar as especificidades do espaço urbano na elaboração de estratégias pedagógicas, promovendo uma abordagem que valorize as experiências e saberes dos estudantes (Gadotti, 2011). Além disso, aspectos como a equidade e o ciclo de alfabetização reforçam a importância de ações que garantam o acesso universal

ao processo de aprendizagem, respeitando as diferentes ritmos e necessidades de cada criança (Freire, 1995). Nesse contexto, as hipóteses de escrita e as ações de sondagem surgem como ferramentas essenciais para o diagnóstico e o planejamento de intervenções pedagógicas, possibilitando que os professores ajustem suas estratégias às reais condições de aprendizagem dos alunos.

A sondagem, enquanto instrumento diagnóstico, permite identificar as hipóteses de escrita de cada estudante, contribuindo para a elaboração de atividades pedagógicas mais relevantes e contextualizadas (Guerra, 2012). Ao retomar esses dados de forma sistemática, os educadores podem planejar ações que promovam uma alfabetização mais significativa, superando dificuldades e potencializando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Assim, a reflexão sobre os fundamentos teóricos e práticos que orientam o processo de alfabetização é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficientes, capazes de atender às demandas de uma sociedade plural e em constante transformação.

PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES DO CURRÍCULO E A SONDAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

A sondagem é uma atividade feita individualmente e consiste em ditar para as crianças uma lista de palavras de um mesmo campo semântico, como bichinhos de jardim, flores, frutas ou animais. Atenção! Todas as palavras utilizadas nas atividades de sondagem devem ser inéditas para os pequenos. Isso significa que elas não podem ser as mesmas utilizadas em outras atividades. Senão, as crianças terão a escrita de memória e, assim, a sondagem nos dará resultados errados.

O ditado dos termos deve seguir uma ordem, de acordo com seu número de sílabas: polissílaba, trissílaba, dissílaba e monossílaba. Ao final, também se dita uma frase em que uma das palavras (trissílaba ou dissílaba) esteja presente. Existe uma lógica para isso. As crianças que se encontram em conflito com relação ao número de letras podem não querer escrever palavras menores e desistem logo no começo da sondagem.



FIGURA 1: Um diagnóstico preciso sobre as hipóteses de escrita dos alunos é fundamental para ajustar o planejamento às necessidades de cada um. Crédito: Manuela Novais.

Após a escrita de cada palavra, a criança também deve lê-la em voz alta. A leitura ajuda o professor a verificar como ela está pensando a respeito do sistema de escrita e se estabelece relação com o que escreveu e o que falou.

O CURRÍCULO DA CIDADE: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

O Currículo da Cidade é uma proposta pedagógica que visa integrar as dimensões sociais, culturais e econômicas dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem. Essa concepção amplia a noção tradicional de currículo, considerando-o não apenas como um conjunto de conteúdo a serem transmitidos, mas como uma ferramenta de transformação social que reconhece e valoriza a diversidade presente no ambiente escolar.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (2017), o Currículo da Cidade busca promover uma formação integral dos estudantes, fundamentada em princípios de equidade, democracia e inclusão. Isso significa que o currículo deve ser flexível e contextualizado, respeitando as especificidades dos territórios e das comunidades escolares. Assim, ele se configura como um instrumento que articula saberes escolares e experiências sociais, culturais e territoriais dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Essa proposta curricular parte do entendimento de que a educação não ocorre de forma neutra ou descontextualizada. Ao contrário, ela está imersa em realidades complexas que exigem abordagens pedagógicas sensíveis às desigualdades e às di-

ferentes formas de aprender. Como aponta Moreira e Silva (1994), o currículo é sempre expressão de uma escolha, de uma determinada visão de mundo, e, por isso, deve ser construído com base no diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar.

Nesse sentido, os princípios norteadores do Currículo da Cidade destacam a valorização da diversidade, a garantia do direito à aprendizagem e a promoção de uma educação cidadã. Isso implica repensar práticas pedagógicas que reproduzem exclusões, propondo metodologias participativas, interdisciplinares e que dialoguem com as vivências dos estudantes.

A construção de um currículo que considere a cidade como espaço educativo também pressupõe um olhar atento às políticas públicas, ao planejamento coletivo e à formação continuada de professores. Esses elementos são fundamentais para que as diretrizes curriculares se concretizem em práticas que contribuam para a efetivação do direito à educação com qualidade social para todos.

O Currículo da Cidade é mais do que um documento normativo: é um compromisso com a transformação da escola em um espaço de construção de sentido, pertencimento e emancipação, onde todos os sujeitos têm lugar e voz.

EQUIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A equidade no processo de ensino-aprendizagem é um princípio essencial para a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente justa. Diferente do conceito de igualdade, que propõe oferecer as mesmas condições para todos, a equidade reconhece que os alunos partem de pontos de partida distintos e, por isso, requerem suportes e estratégias diferenciadas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

Segundo Fraser (2001), a equidade educacional está ligada à justiça distributiva, ou seja, à garantia de que todos recebam o que precisam para alcançar resultados semelhantes, levando em consideração as diferentes realidades sociais, culturais, econômicas e cognitivas dos estudantes. Assim, promover a equidade implica oferecer recursos adequados, atendimento especializado, práticas pedagógicas inclusivas e ambientes de aprendizagem que respeitem as singularidades de cada sujeito.

Na prática, isso significa que o professor precisa adotar uma perspectiva pedagógica sensível à diversidade, utilizando metodologias ativas, avaliações formativas, materiais adaptados e formas variadas de expressão do conhecimento. Conforme destaca Perrenoud (2000), a diferenciação pedagógica é uma estratégia potente para enfrentar as desigualdades escolares, pois permite aos alunos aprenderem em ritmos e estilos próprios, sem que isso comprometa a qualidade da aprendizagem.

Além disso, é necessário que as instituições escolares desenvolvam uma cultura de acolhimento e valorização das diferenças, integrando políticas públicas de inclusão, formação docente continuada e gestão participativa. A equidade também se articula com os princípios da educação inclusiva, ao assegurar o direito à educação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça esse compromisso ao estabelecer que a educação brasileira deve promover a equidade, com foco na superação das desigualdades históricas e na garantia do direito de aprender a todos os estudantes (BRASIL, 2017).

Assegurar a equidade no ensino-aprendizagem não é apenas uma questão técnica, mas um ato político e ético, que envolve o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do processo educativo e o compromisso com uma sociedade mais justa e plural.

O CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

O ciclo da alfabetização constitui uma fase fundamental no desenvolvimento educacional das crianças, pois é nesse período que ocorre a apropriação do sistema de escrita alfabética e o desenvolvimento de competências essenciais de leitura, escrita e oralidade. Mais do que ensinar a decodificação de letras e sons, o ciclo da alfabetização envolve compreender o funcionamento da linguagem escrita, promovendo a construção

de sentido e a formação de sujeitos leitores e produtores de texto.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), as crianças constroem o conhecimento sobre a escrita a partir de hipóteses cognitivas próprias, em uma sequência que vai desde a escrita pré-silábica até a escrita alfabética. Essa perspectiva construtivista valoriza a ação do aluno como sujeito ativo do processo de alfabetização, o que implica a necessidade de o professor compreender essas etapas para planejar intervenções significativas.

O ciclo da alfabetização é marcado por etapas contínuas e articuladas, que envolvem o diagnóstico inicial (como a sondagem das hipóteses de escrita), o planejamento de atividades contextualizadas de leitura e escrita, o acompanhamento das aprendizagens, e momentos de reflexão e retomada, sempre com foco na progressão individual dos estudantes. Nesse processo, é essencial garantir atividades diversificadas, que incluam o uso de gêneros textuais variados, práticas de leitura compartilhada, produção de textos e jogos de linguagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que o ciclo da alfabetização ocorre nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo um período em que os alunos devem desenvolver competências relacionadas à fluência leitora, compreensão textual, produção escrita e domínio das convenções da escrita (BRASIL, 2017). Para tanto, é necessário um trabalho pedagógico intencional e articulado, que respeite os diferentes ritmos de aprendizagem e promova a equidade no acesso ao conhecimento.

Além disso, autores como Soares (2004) destacam a importância de integrar a alfabetização ao letramento, ou seja, de ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da linguagem, tornando a aprendizagem mais significativa e funcional.

Por fim, compreender o ciclo da alfabetização em sua totalidade é essencial para que o professor possa diagnosticar, planejar, intervir e avaliar de maneira eficaz, assegurando que todos os estudantes avancem em seu percurso leitor e escritor com autonomia e criticidade.

A SONDAGEM COMO FERRAMENTA DIAGNÓSTICA

A sondagem é uma importante ferramenta diagnóstica utilizada no processo de alfabetização, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento que os alunos possuem sobre o sistema de escrita. Trata-se de uma avaliação inicial que permite ao professor conhecer as hipóteses de escrita, as estratégias cognitivas utilizadas pelas crianças, bem como suas potencialidades e dificuldades.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), as crianças constroem o conhecimento da linguagem escrita de maneira progressiva, elaborando hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético. A sondagem, portanto, possibilita ao educador reconhecer em qual etapa desse processo cada estudante se encontra — pré-silábica, silábica, silábico-alfabética ou alfabética — e, a partir disso, planejar intervenções pedagógicas mais coerentes e significativas.

Mais do que uma simples verificação de erros, a sondagem tem caráter formativo e deve ser aplicada periodicamente ao longo do ciclo de alfabetização. Ela permite ao professor ajustar o ensino às reais necessidades de aprendizagem, promovendo o avanço dos estudantes com base em seus conhecimentos prévios. Além disso, a sondagem também contribui para a reflexão sobre a prática docente, estimulando o planejamento de atividades diferenciadas, agrupamentos produtivos e uso de materiais didáticos adequados.

Segundo Brasil (2012), no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a sondagem é considerada uma ação pedagógica essencial que orienta o planejamento, fortalece a prática docente e contribui para o sucesso da alfabetização, desde que seja aplicada com intencionalidade e sensibilidade às singularidades dos estudantes.

Dessa forma, a sondagem torna-se uma aliada da prática pedagógica eficaz, permitindo ao professor atuar com maior precisão, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem e garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade e equitativo.

HIPÓTESES DE ESCRITA E AS AÇÕES DIDÁTICAS ALÉM DOS DADOS DA SONDAGEM



Figura 2: A sondagem de hipótese de escrita busca acompanhar os avanços das crianças na aquisição da base alfabética. Crédito: Getty Images.

De acordo com Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1989), a criança passa por um processo de aquisição de escrita baseado em cinco níveis de hipóteses: pré-silábica, intermediário, hipótese silábica, hipótese silábico-alfabética e hipótese alfabética. No nível da hipótese pré-silábica, a diferenciação entre a grafia de uma palavra e outra é inexistente, uma vez que os traços são muito semelhantes entre si. Somente o autor da escrita pré-silábica é capaz de identificar o que fez. Desta forma, a escrita nesta fase pode não funcionar como veículo de comunicação (BRUINI, 2024).

Outro dado interessante neste processo é o fato da criança diferenciar seus grafismos pelas características do objeto referido. Por exemplo, se a criança representa a escrita das palavras elefante e passarinho, os traços maiores representarão o elefante e os menores o passarinho.

O desenho se torna uma clara estratégia de remissão ao conteúdo registrado pela criança e a necessidade de explicitar o objeto requerido por meio de suas características garante o momento da leitura.

No nível de hipótese intermediário, a criança começa a ter consciência de que existe alguma relação entre a pronúncia e a escrita, além de começar a desvincular a escrita das imagens, dos números e das letras.

As produções da criança apresentam progressos gráficos e construtivos em relação ao nível anterior, embora só demonstre estabilidade ao escrever seu próprio nome ou palavras que teve oportunidade e interesse de gravar, pois ainda conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres. Já no nível de hipótese silábica, as letras começam a serem usadas com valores silábicos fixos e o conflito entre a nova fase e a fase anterior provoca na criança um amadurecimento educacional (BRUINI, 2024).

Assim, a criança percebe que a escrita representa a fala e tenta dar valores sonoros às letras, supondo que deve escrever tantos sinais quantas forem às vezes que mexe a boca - cada sílaba oral corresponderá uma letra ou um sinal. Nesta fase, as produções de frases da criança costumam aparecer com a representação de uma letra para cada palavra.

Quando a criança passa da hipótese silábica para a silábico-alfabética, ela inicia uma busca por símbolos para expressar a escrita dos objetos referidos, tentando aproximar o máximo à representação sonora da representação gráfica.

De tal modo, a criança pode combinar só vogais ou só consoantes, fazendo grafias equivalentes para palavras diferentes ou combinar vogais e consoantes numa mesma palavra, na tentativa de ajustar os sons, mas sem tornar ainda sua escrita socializável (BRUINI, 2024).

Na última hipótese do processo de aquisição da escrita, o nível de escrita da criança é classificado como alfabético. Nesta fase, a criança compreende que a escrita tem uma função social: a comunicação.

Embora na transição para esta fase a criança ainda possa omitir letras e não separar todas as palavras na frase, ela é capaz de demonstrar que conhece o modo de construção da escrita e sabe que cada um dos caracteres corresponde a valores menores que a sílaba, além de conhecer também o valor sonoro de todas ou quase todas as letras, sem haver problemas no que se refere ao conceito da escrita (BRUINI, 2024).

AS HIPÓTESES DE ESCRITA: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

As hipóteses de escrita correspondem às ideias que as crianças elaboram sobre o funcionamento da linguagem escrita antes de dominarem plenamente o sistema alfabético. Esses conhecimentos prévios não são aleatórios, mas refletem uma construção ativa baseada em experiências pessoais, interações sociais e vivências com a leitura e a

escrita em contextos diversos. Ao longo desse processo, a criança passa por diferentes fases, como a escrita pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética, conforme descrito por estudiosos como Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999).

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), essas hipóteses representam tentativas significativas de compreender a relação entre os sons da fala e sua representação gráfica. Elas revelam uma lógica interna e uma coerência no pensamento infantil que desafiam a visão tradicional de que a aprendizagem da escrita deve seguir uma simples memorização de letras e regras. Assim, considerar essas hipóteses permite ao educador interpretar os "erros" como sinais de avanço no desenvolvimento cognitivo e não como falhas a serem corrigidas de forma imediata.

A importância de compreender as hipóteses de escrita reside na possibilidade de o professor planejar intervenções pedagógicas mais eficazes, que respeitem o nível de conhecimento de cada aluno. Isso contribui para um processo de alfabetização mais significativo, centrado na construção de sentido e na valorização da experiência do aluno como sujeito ativo da aprendizagem.

Reconhecer e trabalhar com as hipóteses de escrita é essencial para promover o desenvolvimento da linguagem escrita de forma progressiva e contextualizada, favorecendo a autonomia e a competência linguística dos estudantes.

A SONDAGEM NA LÍNGUA PORTUGUESA

A sondagem em Língua Portuguesa é uma prática diagnóstica essencial que permite ao professor identificar o nível de conhecimento dos alunos em relação à linguagem escrita, especialmente no que se refere às hipóteses de escrita. Essa atividade investigativa vai além da simples avaliação; trata-se de um processo sistemático de observação e análise que busca compreender como os estudantes pensam e elaboram suas produções textuais.

Por meio da sondagem, o professor propõe situações de escrita espontânea, leitura de palavras e frases, bem como a produção de textos, com o objetivo de observar como os alunos relacionam os sons da fala às representações gráficas. Essa prática torna-se um instrumento valioso para identificar não apenas as dificuldades específicas, mas também os conceitos prévios que os alunos já desenvolveram a respeito do sistema alfabético e da ortografia.

De acordo com Smole, Diniz e Cândido (2007), a sondagem é uma ferramenta pedagógica que favorece a tomada de decisões fundamentadas, permitindo ao docente planejar intervenções mais eficazes e ajustadas ao nível de desenvolvimento de cada aluno. Nesse sentido, ela contribui significativamente para a organização do trabalho pedagógico, especialmente no contexto da alfabetização, ao promover uma aprendizagem mais significativa e centrada nas reais necessidades dos estudantes.

A sondagem na Língua Portuguesa não deve ser vista apenas como um procedimento avaliativo, mas como uma prática contínua de escuta e análise que orienta o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais intencional e personalizado.

PARA ALÉM DOS DADOS: RETOMADA DA SONDAGEM COMO PONTO DE PARTIDA

A sondagem em Língua Portuguesa é uma prática diagnóstica essencial que permite ao professor identificar o nível de conhecimento dos alunos em relação à linguagem escrita, especialmente no que se refere às hipóteses de escrita. Essa atividade investigativa vai além da simples avaliação; trata-se de um processo sistemático de observação e análise que busca compreender como os estudantes pensam e elaboram suas produções textuais.

Por meio da sondagem, o professor propõe situações de escrita espontânea, leitura de palavras e frases, bem como a produção de textos, com o objetivo de observar como os alunos relacionam os sons da fala às representações gráficas. Essa prática torna-se um instrumento valioso para identificar não apenas as dificuldades específicas, mas também os conceitos prévios que os alunos já desenvolveram a respeito do sistema alfabético e da ortografia.

De acordo com Smole, Diniz e Cândido (2007), a sondagem é uma ferramenta pedagógica que favorece a tomada de decisões fundamentadas, permitindo ao docente planejar intervenções mais eficazes e ajus-

tadas ao nível de desenvolvimento de cada aluno. Nesse sentido, ela contribui significativamente para a organização do trabalho pedagógico, especialmente no contexto da alfabetização, ao promover uma aprendizagem mais significativa e centrada nas reais necessidades dos estudantes.

SITUAÇÕES DIDÁTICAS PARA ALFABETIZAÇÃO E EXEMPLOS DE ATIVIDADES

A partir dos dados obtidos por meio da sondagem diagnóstica, o professor pode planejar situações didáticas que favoreçam a aprendizagem da leitura e da escrita, respeitando o nível de desenvolvimento dos alunos e promovendo avanços progressivos. Essas situações devem ser significativas, contextualizadas e diversificadas, proporcionando oportunidades para que os estudantes construam o conhecimento sobre o sistema de escrita de forma ativa e reflexiva. Entre as estratégias eficazes estão atividades como a leitura colaborativa de livros literários, a escrita guiada de pequenos textos, jogos de palavras, montagem de frases e leitura em voz alta. A leitura colaborativa, por exemplo, é uma prática potente que permite o contato com diferentes gêneros textuais e promove o reconhecimento de palavras, a ampliação do vocabulário e o desenvolvimento do gosto pela leitura, além de incentivar a interação entre os alunos.

De acordo com Soares (2004), é fundamental que as atividades de alfabetização estejam inseridas em práticas sociais de leitura e escrita, nas quais os alunos compreendam a funcionalidade da linguagem escrita e possam participar ativamente. Isso implica criar situações didáticas que sejam desafiadoras e, ao mesmo tempo, acessíveis, proporcionando aos estudantes a oportunidade de refletir sobre a língua e suas convenções.

O uso de situações didáticas planejadas a partir das observações realizadas na sondagem contribui para uma alfabetização mais eficiente, promovendo o desenvolvimento da consciência fonológica, da leitura fluente e da escrita significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização é um processo complexo que demanda a compreensão de princípios, concepções e estratégias pedagógicas fundamentadas em uma abordagem inclusiva e contextualizada. A elaboração de um currículo que considere a diversidade das cidades, aliada ao uso contínuo de ferramentas diagnósticas como a sondagem, permite que o professor acompanhe e ajuste suas ações às necessidades reais dos estudantes.

Retomar os dados da sondagem de forma sistemática é fundamental para planejar ações que promovam a evolução das hipóteses de escrita, favorecendo uma aprendizagem significativa. As atividades propostas, como a leitura colaborativa, contribuem para a construção de um ambiente de aprendizagem estimulante, onde o estudante se reconhece como sujeito ativo na sua formação. Assim, a integração de princípios teóricos e práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos alunos é o caminho para uma alfabetização mais efetiva, justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, L. C.; TEBEROSKY, A. A criança e a sua escrita: o significado do movimento de aquisição da linguagem. São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça: reconhecimento e redistribuição em uma era "pós-socialista". Caderno CRH, Salvador, v. 14, n. 36, p. 115-128, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a minha obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GADOTTI, D. Escola, currículo e sociedade: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, M. A prática da sondagem na alfabetização: uma estratégia para o diagnóstico e o planejamento. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51, p. 89-102, 2012.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

PERRENOUD, Philippe. Diez nuevas compe-

tências para enseñar. Barcelona: Graó, 2000.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2004.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. R.; CÂNDIDO, P. C. Avaliação: uma prática em busca de sentidos. Porto Alegre: Artmed, 2007

https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1581/como-colaborar-com-a-preparacao-da-sondagem-na-alfabetizacao

https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1358/alfabetizacao-as-sondagens-de-hipotese-de-escrita